

**MARXISMO E FEMINISMO: CASAMENTO INFELIZ, SEPARAÇÃO EXPERIMENTAL OU
ALGO ALÉM?¹**

**MARXISM AND FEMINISM: UNHAPPY MARRIAGE, TRIAL SEPARATION OR
SOMETHING ELSE?**

**MARXISMO Y FEMINISMO: ¿MATRIMONIO INFELIZ, SEPARACIÓN DE PRUEBA O
ALGO MÁS?**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v17i1.67476>

Lise Vogel

(Tradução: Lívia de Cássia Godoi Moraes². Revisão de tradução: Gabriela Lacerda Andrade da Silva³)

Em 1975, a primeira versão de “O casamento infeliz entre o marxismo e o feminismo” começou a circular dentro da ala feminista-socialista do movimento de mulheres da América do Norte. Tanto o título do ensaio como o seu argumento foram acolhidos com entusiasmo, estabelecendo os termos de uma discussão que continua até hoje. À época, as autoras, Heidi Hartmann e Amy Bridges, conseguiram captar o estado de espírito do movimento feminista socialista e transpô-lo em palavras. Na esteira dos acontecimentos, e do ativismo do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, as feministas socialistas estavam cada vez mais céticas quanto à possibilidade da teoria e da prática socialistas serem transformadas de acordo com a visão que elas tinham sobre libertação das mulheres. Tal como Hartmann e Bridges, muitas delas tinham chegado à conclusão de que “o ‘casamento’ entre marxismo e feminismo tem sido como o casamento entre marido e esposa descrito na *English Common Law* [Direito Comum Inglês]: o marxismo e o feminismo são um só, e esse um é o marxismo”. E concordaram, além disso, com o imperativo estratégico do documento de que “ou precisamos de um casamento mais saudável ou precisamos de um divórcio” (Hartmann, p. 2).

O imaginário criado por Hartmann e Bridges no ensaio inicial foi sendo desenvolvido. Versões posteriores do documento acrescentaram um subtítulo esperançoso: “Rumo a uma união mais progressista”. Outros embelezaram informalmente a metáfora sexual de um casamento entre o marxismo e o feminismo. Em vez de um “casamento infeliz”, oferecem uma série de alternativas espirituosas, ainda que ligeiramente amargas: Encontros ilícitos? Paixão adolescente? Romance intergeracional? Fogo de

palha? Paixão cega? Relação platônica? Aliança estéril? Casamento de conveniência? Casamento relâmpago? E assim por diante. Como o título deste ensaio indica, é possível descrever a relação entre feminismo e marxismo não tanto como um casamento infeliz, mas, em certo sentido, como vivenciando uma separação experimental. Isto é, na medida em que o marxismo e o feminismo são entidades distintas, cuja união pode resultar em conflito, apoio mútuo e, até mesmo, em filhos e filhas saudáveis, o movimento feminista socialista geralmente os tem mantido em estado de separação experimental. No fundo, porém, a imagem de um casamento entre pessoas autônomas, cada uma com a sua própria identidade, é teoricamente inadequada para tarefa de representar a relação entre o marxismo e o feminismo. Nesse ponto, concordo com a sugestão de Rosalind Petchesky de que o objetivo deve ser, antes, “dissolver o hífen” entre o marxismo e o feminismo, e com a projeção de uma “visão duplicada”, de Joan Kelly, que nos permitirá alcançar uma perspectiva social unificada⁴.

As páginas que se seguem traçam o desenvolvimento do trabalho teórico das feministas socialistas ao longo dos últimos quinze anos, com o objetivo de apreciar as suas contribuições, apontar certas fragilidades persistentes e avaliar a utilização que as feministas socialistas fazem da teoria marxista. A minha discussão sobre a literatura feminista socialista constitui uma crítica implícita à análise de Hartmann sobre a insuficiência da teoria marxista. O pessimismo de Hartmann se assenta na convicção de que o marxismo deve permanecer, inevitavelmente, indiferente em relação ao sexo, e que, por isso, não pode produzir uma compreensão adequada da situação das mulheres. Hartmann sugere, além disso, que as feministas socialistas geralmente têm subordinado o seu feminismo ao marxismo e, conseqüentemente, têm sido incapazes de ir além das presumíveis limitações do marxismo. Em oposição ao raciocínio de Hartmann, eu sustentaria que o problema não está nem na estreiteza da teoria marxista nem na falta de independência política das feministas socialistas. Pelo contrário, as feministas socialistas têm trabalhado com uma concepção do marxismo que é, ela própria, inadequada e amplamente economicista. Ao mesmo tempo, têm se mantido relativamente alheias aos recentes desenvolvimentos da teoria marxista e à sua potencial aplicação à questão da opressão às mulheres. Contudo, esse estado de isolamento está chegando ao fim, e as feministas socialistas estão reafirmando o seu compromisso com o marxismo como fundamento teórico para a prática socialista no que concerne à libertação das mulheres.

Na nossa crítica à literatura feminista socialista, Hartmann e eu concordamos em muitos pontos. Do meu ponto de vista, porém, o problema em discussão não é a qualidade de um suposto casamento entre o marxismo e o feminismo, mas a condição do próprio marxismo. Como Hartmann observa, “muitos marxistas estão satisfeitos com a análise marxista tradicional da questão das mulheres. Eles veem a classe como a estrutura correta para entender a posição das mulheres. As mulheres devem ser entendidas como parte da classe trabalhadora; a luta da classe trabalhadora contra o capitalismo deve ter precedência sobre qualquer conflito entre homens e mulheres. Não se deve permitir que o conflito sexual interfira na solidariedade de classe” (Hartmann, 1981 p. 31). Tal como Hartmann, rejeito veementemente tais pressupostos quanto à adequação do trabalho marxista sobre a chamada “questão da mulher”, pois negam a especificidade da opressão às mulheres e a subordinam a uma visão economicista do desenvolvimento da história. Ao contrário de Hartmann, entretanto, eu defendo que o problema da opressão às mulheres,

assim como todos os fenômenos sociais, pode ser abordado nos termos da teoria marxista. Não precisamos de uma nova síntese entre o marxismo ou o socialismo e o feminismo. Pelo contrário, é a própria teoria marxista que deve ser desenvolvida, e a prática socialista que deve ser transformada.

MITCHELL E AS ESTRUTURAS DE OPRESSÃO ÀS MULHERES

Os esforços iniciais para desenvolver uma perspectiva teórica feminista socialista focaram na unidade familiar e no trabalho doméstico nas sociedades capitalistas contemporâneas. O argumento inicial, um artigo intitulado “Women: The Longest Revolution” [“Mulheres: a revolução mais longa”], de Juliet Mitchell (1966), na verdade, surgiu muito antes do desenvolvimento do movimento feminista socialista propriamente dito. Impresso pela primeira vez em 1966, na revista *New Left Review*, uma revista marxista britânica, o artigo de Mitchell começou a circular amplamente nos Estados Unidos dois anos mais tarde. Rapidamente se tornou uma enorme influência teórica na tendência feminista socialista emergente no interior do movimento de libertação das mulheres. A publicação, em 1971, do livro de Mitchell, *Woman's Estate*, baseado no artigo anterior, reforçou seu impacto.

Mitchell inicia “Women: The Longest Revolution” com aquela que foi, naquele momento, a primeira crítica inteligente à literatura marxista clássica sobre a questão das mulheres. Como alternativa, ela apresenta um quadro teórico que diferencia a condição das mulheres em quatro estruturas distintas: produção, reprodução, socialização e sexualidade. Ela argumenta que cada estrutura se desenvolve separadamente e requer a sua própria análise; juntas, formam a “unidade complexa” da posição da mulher. Mitchell busca fazer um levantamento do estado atual dessas estruturas. Ela afirma que a produção, a reprodução e a socialização mostram pouco dinamismo, e, de fato, não mostram há anos. A estrutura da sexualidade, pelo contrário, está sofrendo uma grave pressão na atualidade, o que faz dela o elo mais frágil – a estrutura mais vulnerável a um ataque imediato.

Apesar de haver uma estrutura considerada um elo mais frágil, Mitchell observa que a estratégia socialista terá de confrontar todas as quatro estruturas a longo prazo. Além disso, “as demandas econômicas continuam a ser primordiais” em última instância. Nesse contexto, Mitchell faz uma série de observações estratégicas sensíveis sobre a prática socialista na chamada “questão da mulher”. Conclui que, em vez de programas abstratos, o movimento socialista requer um conjunto prático de reivindicações que abordem as quatro estruturas da posição da mulher⁵.

Questões sobre a análise de Mitchell da situação das mulheres surgem em várias áreas. Primeiro, a discussão sobre o estatuto empírico das estruturas separadas é extremamente frágil, uma fragilidade que tem, ou deveria ter, consequências no âmbito da estratégia. Sustentar que “produção, reprodução e socialização estão todas mais ou menos estacionárias no Ocidente hoje, no sentido de que não se modificaram por três ou mais décadas” distorce amplamente não só a história do pós-guerra, mas também a evolução do capitalismo do século XX. Além disso, como a própria Mitchell por vezes reconhece, as contradições produzidas pela rápida transformação em suas quatro estruturas formam o contexto para a emergência do movimento de libertação das mulheres.

Um segundo problema na análise de Mitchell é o tratamento que dá à família. Embora mencione a família em todos os momentos, Mitchell nega à categoria “família” qualquer presença teórica explícita. O seu lugar é ocupado pela tríplice estrutura que constitui o mundo da mulher: reprodução, socialização e sexualidade. Ao mesmo tempo, o próprio conteúdo dessas estruturas tem um caráter arbitrário, e Mitchell não consegue estabelecer linhas nítidas de demarcação entre elas. As mulheres são vistas como aprisionadas no “confinamento a uma condensação monolítica de funções em uma unidade – a família”, mas essa unidade não tem, ela própria, uma existência analítica articulada. Similarmente, a produção funciona como um aspecto da experiência essencialmente externa às mulheres, mesmo na esfera doméstica. Aqui, Mitchell mais uma vez faz uma leitura equivocada da história. Além disso, ela desvaloriza, persistentemente, o trabalho realizado pelas mulheres, e não lhe atribui um estatuto teórico explícito.

Finalmente, a forma como Mitchell estabelece um quadro estrutural para analisar a questão das mulheres requer um exame crítico. As quatro estruturas que formam a “unidade complexa” da posição da mulher operam em um nível de abstração que torna a análise social quase impossível. Elas fornecem uma matriz universal na qual as mulheres – e, implicitamente, a família – podem ser localizadas independentemente do modo de produção ou da posição de classe. Em vez de determinantes centrais, a variação social e a luta de classes aparecem, se é que aparecem, apenas como reflexões posteriores. Além disso, a forma como cada uma das quatro estruturas se combinam para produzir uma unidade complexa permanece, em larga medida, não especificada, assim como abstrata e a-histórica. Como resultado, a abordagem teórica de Mitchell assemelha-se ao funcionalismo da ciência social burguesa, que postula modelos bastante semelhantes de interação complexa entre as variáveis. Curiosamente, o conteúdo das suas quatro estruturas também deriva de hipóteses funcionalistas, especificamente, as de G. P. Murdock. Assim, apesar de suas convictas intenções marxistas, a perspectiva teórica de Mitchell revela-se insuficiente para sustentar a sua análise⁶.

Mesmo com esses problemas, mais fáceis de reconhecer a uma distância de mais de dez anos, o artigo de Mitchell, de 1966, desempenhou um papel extremamente positivo no movimento feminista socialista em desenvolvimento. A separação do conteúdo da vida das mulheres das categorias constituintes ajudou as militantes do movimento pela libertação das mulheres a articularem as suas experiências e a começarem a agir sobre elas. A perceptiva visão geral da literatura marxista clássica sobre as mulheres forneceu uma base sobre a qual foi possível confrontar ambas as versões dogmáticas, tanto as do marxismo mecanicista como a crescente influência do feminismo radical. Sua insistência, dentro de um quadro analítico marxista, sobre a importância da crítica aos fenômenos sociais não facilmente caracterizados como econômicos antecipou a crítica feminista socialista ao determinismo econômico. E a inteligência política de suas observações estratégicas específicas também estabeleceu um padrão, que permanece sendo um modelo. No campo teórico, a contribuição central de Mitchell foi a de legitimar uma perspectiva que reconhece a máxima primazia do nível econômico, embora ainda permita que outros aspectos da situação da mulher não somente tenham importância, mas possam desempenhar papéis-chave em determinadas conjunturas.

BENSTON, MORTON E DALLA COSTA: UMA BASE MATERIALISTA

Em 1969, o movimento de libertação das mulheres norte-americano havia atingido seu ponto alto de atividade, e a sua militância era complementada por uma literatura vigorosa, publicada ou não. Nessa atmosfera, duas canadenses, Margaret Benston e Peggy Morton, circularam e depois publicaram importantes ensaios. Cada texto ofereceu uma análise, em termos marxistas, sobre a natureza do trabalho não remunerado das mulheres na unidade doméstica familiar, e discutiu a sua relação com as contradições sociais existentes, bem como as possibilidades de transformá-las⁷.

Benston parte do problema de especificar a raiz do *status* secundário da mulher na sociedade capitalista. Ela sustenta que essa raiz é “econômica” ou “material”, e pode ser localizada no trabalho doméstico não remunerado das mulheres. As mulheres realizam uma grande parte da atividade econômica – cozinham refeições, costuram botões, lavam roupas, cuidam de crianças etc. –, mas os produtos e serviços resultantes desse trabalho são consumidos diretamente, e nunca chegam ao mercado. Em termos marxistas, esses produtos e serviços têm valor de uso, mas não têm valor de troca. Para Benston, então, as mulheres têm uma relação específica com os meios de produção, uma relação que é distinta daquela dos homens. As mulheres constituem o “grupo de pessoas que são responsáveis pela produção simples de valores de uso nas atividades associadas à unidade doméstica e à família”. Assim, a família é uma unidade econômica cuja função principal não é o consumo – como era geralmente sustentado pelas feministas naquele momento –, mas a produção. “A família deve ser vista principalmente como uma unidade de produção para o trabalho doméstico e para a criação das crianças”. Além disso, Benston argumenta que, em razão do trabalho doméstico não remunerado das mulheres ser tecnologicamente primitivo e externo à economia monetária, cada unidade familiar representa, essencialmente, uma entidade pré-industrial e pré-capitalista. Embora note que as mulheres também participam do trabalho assalariado, ela considera tal produção como transitória, e não central, para a definição das mulheres enquanto um grupo. É a responsabilidade das mulheres pelo trabalho doméstico que fornece a base material para sua opressão e permite que a economia capitalista as trate como uma massa de exército industrial de reserva. A igualdade de acesso ao emprego fora da unidade doméstica continuará a ser uma pré-condição lamentavelmente insuficiente para a libertação das mulheres se o trabalho doméstico continuar a ser privado e tecnologicamente retrógrado. As sugestões estratégicas de Benston centram-se, portanto, na necessidade de fornecer uma condição prévia mais relevante, que converta o trabalho realizado na unidade doméstica em produção pública: a socialização das tarefas domésticas e dos cuidados com as crianças. Dessa forma, ela reaviva um tema socialista tradicional, não como dogma, mas como um argumento vigoroso no contexto de uma discussão em desenvolvimento no interior do movimento de mulheres contemporâneo.

O artigo de Peggy Morton, publicado um ano após o de Benston, aprofundou, bem como estimulou a análise da família como uma unidade econômica na sociedade capitalista. Para Morton, a discussão de Benston sobre como o trabalho doméstico não remunerado constitui a base material da opressão às mulheres deixa em aberto uma série de questões: as mulheres formam uma classe? As mulheres devem ser organizadas apenas por meio do seu trabalho na unidade doméstica? Como e por que

a natureza da família como instituição econômica na sociedade capitalista se transformou? Morton propõe uma definição mais precisa da família: é a unidade econômica cuja função é a manutenção e a reprodução da força de trabalho – ou seja, a força de trabalho da classe trabalhadora. Assim, Morton é capaz de vincular seu argumento de forma mais estreita ao funcionamento do modo de produção capitalista, com foco nas contradições vivenciadas pelas mulheres da classe trabalhadora no interior da família, na força de trabalho e entre os papéis que desempenham em ambos. Em especial, ela mostra que, como membras do exército industrial de reserva, as mulheres são centrais, no lugar de periféricas, para a economia, pois tornam possível o funcionamento da manufatura, dos serviços e dos setores estatais nos quais os salários baixos são a prioridade. Embora a perspectiva estratégica nas várias versões do artigo de Morton carregue apenas uma vaga relação com sua análise, oscilando do controle dos trabalhadores à construção de quadros revolucionários, sua discussão sobre as tendências contraditórias na situação das mulheres introduz um elemento dinâmico que estava faltando na abordagem de Benston.

Ambos os artigos, de Benston e de Morton, têm uma certa simplicidade que, mesmo naquela época, foram um convite para a crítica. Com a nitidez da leitura em retrospecto, suas compreensões da teoria marxista e suas capacidades de desenvolverem uma argumentação parecem dolorosamente limitadas. A explícita desconsideração de Benston da participação das mulheres no trabalho assalariado requer correção, como Morton e outras rapidamente apontaram. Além disso, a sua descrição do trabalho doméstico das mulheres como um remanescente dos modos de produção pré-capitalistas, que de alguma forma sobrevivera no capitalismo presente, não pode ser teoricamente sustentada⁸. A posição de Morton, embora analiticamente mais precisa, encobre a questão da opressão especial a todas as mulheres como um grupo, e ameaça tornar a questão da opressão às mulheres uma preocupação exclusivamente da classe trabalhadora. Nenhum desses problemas deve, no entanto, encobrir os avanços teóricos feitos por Benston e Morton. Em seu conjunto, os dois artigos estabeleceram o caráter material do trabalho doméstico não remunerado das mulheres na unidade doméstica da família como um objeto de interesse teórico. Cada uma ofereceu uma análise da forma como esse trabalho funcionava como base material para o conjunto de contradições na experiência das mulheres na sociedade capitalista. Morton, além disso, formulou as questões em termos do conceito de reprodução da força de trabalho, e enfatizou a natureza específica de suas contradições no âmbito da classe trabalhadora. Essas novas perspectivas teóricas tiveram um impacto duradouro no trabalho feminista socialista subsequente, e continuam a ser uma contribuição importante. Além disso, alteraram definitivamente o quadro teórico no qual a discussão sobre a opressão às mulheres deveria ser alocada. Onde Mitchell tinha analisado a situação das mulheres em termos de papéis, funções e estruturas, Benston e Morton concentraram-se na questão do trabalho não remunerado das mulheres na unidade doméstica e na sua relação com a reprodução da força de trabalho. Nesse sentido, elas alicerçaram a questão das mulheres no terreno teórico do materialismo.

Mariarosa Dalla Costa, escrevendo a partir da Itália, menos de dois anos mais tarde, deu vários passos à frente na argumentação⁹. Concordando que as mulheres constituem um grupo distinto cuja opressão está baseada no caráter material do trabalho doméstico não remunerado, Dalla Costa sustenta que, em escala mundial, todas as mulheres são donas de casa. Não importa se uma mulher trabalha ou não

fora da unidade doméstica, “é precisamente o que é particular ao trabalho doméstico, não só medido como número de horas e natureza do trabalho, mas como qualidade de vida e qualidade das relações que gera, que determina o lugar da mulher onde quer que ela esteja e a qualquer classe a que pertença”. Ao mesmo tempo, Dalla Costa concentra a sua atenção na dona de casa da classe trabalhadora, que ela considera indispensável à produção capitalista.

Como donas de casa, as mulheres da classe trabalhadora encontram-se excluídas da produção socializada, estão isoladas em rotinas de trabalho doméstico que têm o caráter tecnológico de processos de trabalho pré-capitalistas. Dalla Costa se opõe à noção de que essas donas de casa são meras fornecedoras de valores de uso na unidade doméstica e, portanto, supostamente externas ao funcionamento do capitalismo e à luta de classes. Polemizando tanto contra a visão da esquerda tradicional como contra a literatura do movimento de mulheres, ela argumenta que as tarefas domésticas apenas parecem ser um serviço pessoal fora do âmbito da produção capitalista. Na realidade, o trabalho doméstico não produz apenas valores de uso para consumo direto na família, mas produz a mercadoria força de trabalho. Além disso, o trabalho doméstico produz mais-valia e as donas de casa são, por isso, “trabalhadoras produtivas” no sentido estritamente marxista. A apropriação dessa mais-valia é realizada por meio do pagamento de um salário pelo capitalista para os maridos da classe trabalhadora, que, desse modo, se tornam o instrumento de exploração das esposas. A sobrevivência da classe trabalhadora depende da família da classe trabalhadora, “mas às custas da mulher contra a própria classe. A mulher é a escravizada de um escravizado assalariado, e a sua escravização assegura a escravização de seu homem [...]. E é por isso que a luta da mulher da classe trabalhadora contra a família é crucial”. Uma vez que as donas de casa da classe trabalhadora são trabalhadoras produtivas peculiarmente excluídas da esfera da produção capitalista, a desmistificação do trabalho doméstico como uma “forma mascarada de trabalho produtivo” torna-se uma tarefa central.

A energia polêmica e o alcance político do artigo de Dalla Costa tiveram um impacto substancial no movimento de mulheres em ambos os lados do Atlântico. Ao contrário de Benston, Morton e outras militantes norte-americanas, Dalla Costa parecia ter uma compreensão sofisticada da teoria marxista e da política. Os seus argumentos e propostas estratégicas impressionaram significativamente um movimento já comprometido em ver a opressão às mulheres principalmente no que tange a sua situação familiar. Poucas notaram que Dalla Costa, como Morton, falava somente da classe trabalhadora, e nunca especificou a relação entre a opressão às donas de casa da classe trabalhadora e a de *todas* as mulheres. O mais importante foi que Dalla Costa pareceu ter situado a questão da opressão às mulheres dentro de uma análise do papel do trabalho doméstico não remunerado na reprodução das relações sociais capitalistas, para além do que haviam feito Benston e Morton. Ademais, como seu artigo funcionou enquanto base teórica para um pequeno, mas aguerrido movimento, que exigia salários para o trabalho doméstico, e que prosperou rapidamente no início da década de 1970, o seu texto adquiriu um papel abertamente político, papel este que foi negado à maioria dos esforços teóricos do movimento de libertação das mulheres¹⁰.

O DEBATE SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO

A vigorosa insistência de Dalla Costa de que “o trabalho doméstico é *produtivo* no sentido marxiano, isto é, produz mais-valia”, intensificou uma controvérsia já latente no interior do movimento feminista socialista. O debate girou em torno do estatuto teórico do trabalho doméstico não remunerado das mulheres e seu produto. As contribuições publicadas assumiram a forma de elaborações bastante intrincadas e duras da teoria marxista, geralmente impressas em revistas de esquerda britânicas ou norte-americanas. Com alguma justificativa, muitas no movimento de mulheres consideraram esse “Debate sobre o Trabalho Doméstico” como um exercício velado de arrogância marxista. No entanto, questões críticas estavam em jogo, mesmo que em geral não fossem reconhecidas. Em primeiro lugar, a discussão aprofundou a percepção de Benston de que o trabalho doméstico é uma atividade material que resulta em um produto, e ofereceu várias interpretações distintas do carácter teórico dessa atividade e desse produto. Em segundo lugar, o Debate foi marcado por sérias questões políticas. Cada posição teórica correspondia, em maior ou menor medida, a perspectivas políticas e estratégicas sobre a relação da opressão às mulheres com a exploração de classe e com o desenvolvimento da luta revolucionária. Infelizmente, as protagonistas no Debate raramente declararam abertamente essas implicações, o que fez com que o Debate sobre o Trabalho Doméstico permanecesse, para a maioria das militantes, irrelevante.

Por último, e talvez o mais significativo, o fato do Debate se basear em categorias retiradas de *O Capital* sugeria uma confiança de que a base material da opressão às mulheres pudesse ser analisada dentro do escopo dos escritos econômicos de Marx. As feministas socialistas que rejeitaram os termos em que se desenrolou o Debate sobre o Trabalho Doméstico, ou que o viram como uma nota de rodapé interessante, porém periférica para o desenvolvimento de uma teoria da situação das mulheres, desafiaram essa convicção. Implícita ou explicitamente, elas assumiram a tarefa de propor um quadro alternativo, utilizando novas e melhores categorias teóricas. Como Hartmann disse mais tarde, “se achamos que o marxismo sozinho é inadequado, e o feminismo radical em si é insuficiente, então precisamos desenvolver novas categorias” (Hartmann, p. 29).

A essência do Debate sobre o Trabalho Doméstico envolveu três questões relacionadas, nem sempre adequadamente distinguidas: o que o trabalho doméstico não remunerado na unidade doméstica produz? O trabalho doméstico é produtivo, improdutivo ou outra coisa? Qual é o salário e o que ele paga? Em geral, o problema da forma como a mercadoria força de trabalho é “produzida” na sociedade capitalista está no centro do debate. As divergências surgiram em torno do significado exato e da utilização das categorias marxistas na análise desse problema.

Dez anos após o início do Debate sobre o Trabalho Doméstico, certas questões pareciam estar resolvidas. Como é possível observar, é relativamente fácil demonstrar teoricamente que o trabalho doméstico nas sociedades capitalistas não assume a forma social de trabalho produtor de valor¹¹. A percepção original de Benston de que o trabalho doméstico produz valores de uso para consumo direto havia sido essencialmente correta. No sentido científico, portanto, o trabalho doméstico não pode ser produtivo ou improdutivo, e as mulheres não são exploradas. Ao mesmo tempo, o trabalho doméstico é

indispensável para a reprodução das relações sociais capitalistas. Apenas o que o trabalho doméstico é, em vez do que ele não é, permaneceu um problema superficialmente abordado somente pelas participantes do Debate sobre o Trabalho Doméstico. Algumas sugeriram que o trabalho doméstico constitui um modo de produção separado, que está fora do modo de produção capitalista, ainda que subordinado a ele. Outras afirmavam que o trabalho doméstico é simplesmente uma forma especial de trabalho dentro do modo de produção capitalista. A maioria deixou a pergunta sem respostas. O problema de especificar o caráter do trabalho doméstico e as questões relativas ao salário e ao trabalho assalariado das mulheres agora representam as preocupações centrais da maioria das teóricas que trabalham com as categorias marxistas tradicionais. Quanto à política e à estratégia, poucas hoje caíam no erro do determinismo econômico de utilizar as suas análises do fundamento material da opressão às mulheres para tirar conclusões fáceis sobre o papel das mulheres na luta revolucionária.

Benston, Morton, Dalla Costa e as participantes do Debate sobre o Trabalho Doméstico estabeleceram uma agenda importante para o estudo da posição das mulheres como donas de casa e o papel do trabalho doméstico na reprodução das relações sociais. O trabalho delas prosseguiu, entretanto, dentro de certos limites, nem sempre circunscritos de forma muito explícita. Em primeiro lugar, elas focaram principalmente no modo de produção capitalista. Em segundo lugar, se concentraram, quase exclusivamente, no trabalho doméstico e na opressão às mulheres da classe trabalhadora. Em terceiro lugar, elas geralmente restringiam suas análises ao âmbito econômico. Em quarto lugar, elas tenderam a identificar o trabalho doméstico com as tarefas domésticas e o cuidado das crianças, deixando o *status* da reprodução biológica indefinido. Algumas dessas limitações poderiam ter sido defendidas como passos necessários para o desenvolvimento de um argumento teórico, mas raramente o foram. Em todo o caso, as feministas socialistas começaram a estudar uma série de outras questões que passaram a ser consideradas. Por exemplo, o Debate sobre o Trabalho Doméstico pouco evidenciou se o trabalho doméstico pode ser considerado o mesmo em diferentes classes da sociedade capitalista, e avançou menos ainda sobre qual o estatuto teórico do trabalho doméstico em sociedades não capitalistas. As feministas socialistas também voltaram sua atenção aos elementos da reprodução biológica e da criação de crianças no trabalho doméstico, e investigaram as razões pelas quais esse trabalho geralmente recai sobre as mulheres. Além disso, uma vez que a opressão às mulheres não é específica das sociedades capitalistas, muitas se perguntavam como reconciliar seu caráter contemporâneo particular com o fato de que as mulheres têm sido subordinadas por milhares de anos. Da mesma forma, as feministas socialistas questionavam se as mulheres são libertadas em países socialistas e, se não, quais obstáculos as detêm. Por fim, a relação entre os processos materiais do trabalho doméstico e uma gama de fenômenos que conformam a opressão às mulheres, especialmente os de natureza ideológica e psicológica, tornou-se uma questão-chave. Em geral, essas questões dialogaram mais diretamente com as experiências e as tarefas políticas das militantes no movimento de mulheres, e rapidamente avançaram para o centro da teorização feminista socialista.

O PATRIARCADO E O MODO DE REPRODUÇÃO

Embora Juliet Mitchell tivesse advertido que “nós devemos fazer as perguntas feministas, mas tentar encontrar algumas respostas marxistas”¹², no início da década de 1970, muitas feministas socialistas discordavam dessa proposição. Elas argumentaram que a busca por respostas marxistas às suas perguntas levou a um beco sem saída, onde a luta feminista ficou subsumida à luta socialista contra o capitalismo. Para avançar, então, o feminismo socialista teve que assumir a tarefa de construir novas categorias teóricas.

As feministas socialistas se voltaram, primeiro, para o feminismo radical do final dos anos 1960, para uma orientação conceitual que poderia abordar a profundidade e a onipresença da opressão às mulheres em todas as sociedades. As feministas radicais comumente consideravam a luta entre os sexos como sendo universal, constituindo a dinâmica essencial subjacente a todo desenvolvimento social. Ao mesmo tempo, alguns dos escritos de feministas radicais pareciam ser extensões ou aprofundamentos das ideias oferecidas por Marx e Engels. Em *The Dialectic of Sex [A dialética do sexo]*, Shulamith Firestone, por exemplo, reivindicava a necessidade de ir além do nível meramente econômico abordado por Marx e Engels, a fim de desvendar o problema mais fundamental da opressão de sexo. “A análise de classe é um trabalho e tanto”, escreveu Firestone, “mas é limitada”. Ao propor uma dialética do sexo, ela esperava [...] levar a análise de classe um passo adiante das suas raízes na divisão biológica dos sexos. Não descartamos os *insights* dos socialistas; ao contrário, o feminismo radical pode ampliar sua análise, alicerçando-a em base ainda mais profunda das condições objetivas, e assim dar respostas a muitas de suas [questões] insolúveis. Da mesma forma, o livro *Sexual Politics [Política sexual]*, de Kate Millett, reconheceu Engels como o principal teórico do que ela chamou de revolução sexual. A sua apresentação do trabalho de Engels transformou-o de quase desconhecido em uma contribuição para a compreensão do patriarcado. Não obstante, a teoria marxista “falhou em fornecer base ideológica suficiente para uma revolução sexual, e foi notavelmente ingênua quanto à força histórica e psicológica do patriarcado”. Em linhas gerais, Millett retratou a Alemanha nazista, a União Soviética e a psicologia freudiana como exemplos comparáveis de política e ideologia patriarcal reacionária, argumentando que o patriarcado sobreviverá apenas na medida em que as estruturas psíquicas permanecerem intocadas por programas sociais. Para Millett, a revolução sexual não requer apenas uma compreensão da política sexual, mas o desenvolvimento de uma teoria abrangente do patriarcado¹³.

Os livros de Firestone e Millett, ambos publicados em 1970, tiveram um tremendo impacto sobre a tendência feminista socialista emergente no interior do movimento de mulheres. Seu foco na sexualidade, no fenômeno psicológico e na persistência obstinada de práticas sociais opressivas às mulheres impressionaram fortemente uma audiência receptiva. O conceito de patriarcado entrou no discurso feminista socialista praticamente sem objeção. Aquelas poucas críticas enquadradas dentro de uma perspectiva marxista mais ortodoxa, como a de Juliet Mitchell, não foram escutadas. Embora reconhecendo as limitações do feminismo radical, muitas feministas socialistas, particularmente nos Estados Unidos, simplesmente assumiram que “a síntese do feminismo radical e da análise marxista é um

primeiro passo necessário para a formulação de uma teoria política feminista socialista coesa, que não se limite a somar essas duas teorias sobre o poder, mas as entenda como inter-relacionadas por meio da divisão sexual do trabalho”¹⁴. O problema já não era o da utilização de categorias marxistas para construir as bases teóricas para a análise da opressão às mulheres. Como as feministas radicais, essas feministas socialistas tomaram o marxismo mais ou menos como dado, e não buscaram elaborá-lo ou aprofundá-lo. A separação experimental entre marxismo e feminismo começava a ser levada a sério.

No seu esforço para realizar a síntese feminista socialista, as feministas socialistas exploraram dois temas relacionados: o patriarcado e o modo de reprodução. O conceito de patriarcado, retomado do feminismo radical, exigia uma transformação adequada. Millett havia utilizado o termo para indicar um sistema universal de estruturas política, econômica, ideológica e, sobretudo, psicológica por meio das quais os homens subordinam as mulheres. As feministas socialistas tiveram que desenvolver um conceito de patriarcado capaz de ser vinculado à teoria da luta de classes, que coloca cada modo de produção como um sistema específico de estruturas por meio do qual uma classe explora e subordina a outra. Em geral, as feministas socialistas concordaram com a formulação de Heidi Hartmann, que “as categorias marxistas, como o próprio capital, são indiferentes ao sexo”; enquanto “a análise feminista por si só é inadequada porque tem sido indiferente à história” (Hartmann, p. 2). Obviamente, concluíram: o próximo passo seria “integrar os conhecimentos do feminismo radical e do marxismo” através de um conceito transformado de patriarcado, captando assim os fenômenos sociais que, de alguma forma, escapam às categorias marxistas. Algumas sugeriram que a teoria do patriarcado poderia explicar por que razão certos indivíduos, tanto homens como mulheres, ocupam lugares específicos de subordinação ou de dominação na estrutura social de uma dada sociedade. Outras acreditavam que as questões de dominação e subordinação interpessoal podiam ser melhor abordadas por uma teoria do patriarcado. Embora as feministas socialistas se concentrassem frequentemente nos aspectos psicológicos dessas relações hierárquicas, defendiam que o patriarcado não é apenas uma superestrutura ideológica. “A autoridade patriarcal”, escreveu Sheila Rowbotham, “se baseia no controle do homem sobre a capacidade produtiva da mulher e sobre a sua pessoa”. Ou seja, o patriarcado tem um fundamento material na capacidade dos homens de controlar o trabalho, o acesso aos recursos e a sexualidade das mulheres. Através dessas formulações, a teoria feminista socialista começou a alargar o que era, na realidade, um entendimento marxista tradicional do patriarcado como uma forma de organização do trabalho doméstico e de controle da propriedade, de maneira a abranger a divisão sexual do trabalho. A origem das divisões sexuais do trabalho e a relação entre as estruturas patriarcais e o funcionamento de um determinado modo de produção continuam a ser problemas-chave para as teóricas feministas socialistas¹⁵. A natureza precisa da autonomia que as feministas socialistas reivindicam para o patriarcado também deve ser especificada. Nesse contexto, algumas feministas socialistas começaram a se centrar em um novo conceito, o modo de reprodução – comparável, mas relativamente autônomo, ao modo de produção que caracteriza uma determinada sociedade.

Tal como com o conceito de patriarcado, há pouca concordância sobre a substância do modo de reprodução. Algumas teóricas simplesmente identificam o modo de reprodução com o que parecem ser as

funções óbvias da família. Apesar do empiricismo dessa abordagem, ela elucida as tarefas conceituais que as feministas socialistas enfrentam. Nas palavras de Renate Bridenthal, “a relação entre produção e reprodução é uma dialética dentro de uma dialética histórica mais ampla. Isto é, mudanças no modo de produção dão origem a mudanças no modo de reprodução”, e essa dialética deve ser analisada. Da mesma forma, algumas participantes no Debate sobre o Trabalho Doméstico postularam a existência de um “modo de produção doméstico” em paralelo ao modo de produção capitalista, porém, subordinado a ele. O conceito feminista socialista de um modo de reprodução converge, além disso, com sugestões recentes de antropólogos marxistas de que a família contemporânea, bem como algumas comunidades domésticas primitivas, atua como uma fonte infinita de força de trabalho humana. Um conceito análogo de modo de reprodução está frequentemente implícito no trabalho das feministas socialistas que estudam a relação entre o imperialismo e a família nos países dependentes do terceiro mundo¹⁶.

O conceito de modo de reprodução parece oferecer uma forma de incorporar a noção de patriarcado em um quadro marxista mais rigoroso. De fato, um conceito bastante semelhante de modo de produção, autônomo, baseado na família – “produção simples de mercadorias” – tem uma longa história nos estudos marxistas do desenvolvimento social¹⁷. Em grande parte, por ignorância dessa história, as feministas socialistas o recriaram parcialmente. Ao mesmo tempo, o esforço para delinear o modo de reprodução como explicação da opressão às mulheres e da relação entre família e sociedade aproximou a teoria feminista socialista dos atuais desenvolvimentos do marxismo. E tornou mais difícil ver o marxismo como um corpo rígido de dogmas que esmaga brutalmente a força vital do feminismo em um casamento infeliz.

RUMO A UMA TEORIA UNITÁRIA DA OPRESSÃO ÀS MULHERES

Ao rever o trabalho teórico produzido no contexto do movimento feminista socialista, alguns temas principais e ideias de vanguarda se destacam. No seu conjunto, indicam a importante contribuição dada pelo feminismo socialista para o desenvolvimento da teoria sobre a “questão das mulheres”. Simultaneamente, sugerem algumas de suas limitações.

A teoria feminista socialista parte da insistência correta de que, por detrás dos graves fenômenos sociais, psicológicos e ideológicos da opressão às mulheres, existe uma raiz material. Salienta que o marxismo nunca analisou adequadamente a natureza e a gênese dessa raiz material. E coloca a hipótese de que a família constitui um terreno importante, se não o principal, que a sustenta. Com essa posição, o feminismo socialista rejeita implicitamente duas correntes falaciosas, bem como contraditórias, no legado da teoria e prática socialistas sobre a questão da mulher. Em primeiro lugar, a ênfase feminista socialista na raiz material da opressão contraria uma tendência idealista no interior da esquerda, que reduz a questão da mulher a mera falta de direitos e a chauvinismo ideológico. Em segundo lugar, a especial preocupação das feministas socialistas com as questões psicológicas e ideológicas, destacadamente as que surgem no interior da família, se opõe à danosa visão do determinismo econômico sobre opressão às mulheres. Essas perspectivas – implicitamente resumidas no *slogan* “o pessoal é político” – estabelecem orientações para a

consideração feminista socialista da opressão e da libertação das mulheres. Através delas, o feminismo socialista regressa, intencionalmente ou não, ao melhor de Marx e Engels sobre a questão da mulher. Ao mesmo tempo, promete levar esse trabalho para além da sua forma ainda muito rudimentar.

As feministas socialistas reconhecem as insuficiências, bem como as contribuições de Engels sobre as relações de família e de propriedade nas *Origins of the Family, Private Property and the State* [*Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado*]. E, tal como Engels, situam a opressão às mulheres na dinâmica do desenvolvimento social, contudo, procuram estabelecer como base um fenômeno mais dialético do que aquele que Engels foi capaz de identificar. Esse fenômeno deve satisfazer vários critérios implícitos. Deve ser um processo material que seja específico de um determinado modo de produção. Não obstante, a sua identificação deve sugerir a razão pela qual as mulheres são oprimidas em todas as sociedades de classe – ou, para algumas feministas socialistas, em todas as sociedades conhecidas. Mais importante ainda, deve oferecer uma melhor compreensão da opressão às mulheres, tanto nas classes subordinadas como nas classes dominantes, do que a crítica de Engels à propriedade. As análises feministas socialistas partilham a posição de que a reprodução biológica, a criação de filhos e filhas e o trabalho doméstico se enquadram nesses critérios, embora elas ofereçam uma grande variedade de interpretações teóricas da relação entre essas atividades e a opressão às mulheres.

Algumas feministas socialistas tentam situar o trabalho doméstico dentro de conceitos mais amplos que abranjam os processos de manutenção e reprodução da força de trabalho. Elas sugerem que esses processos têm um caráter material, e que, além disso, ocorrem *dentro* — e não *fora* — da produção social. Para elaboração dessa posição, que muda o foco imediato da opressão às mulheres em si, para fenômenos sociais mais amplos, elas se voltam para os escritos econômicos de Marx e, especialmente, para *O Capital*. Ao mesmo tempo, elas resistem, o quanto podem, às atrações contraditórias do determinismo econômico e do idealismo, herdados da tradição socialista.

A relação entre o salário capitalista e a família que essa posição sustenta representa outro tema importante. As feministas socialistas apontam que o marxismo nunca foi claro sobre a questão de quem o salário cobre. O conceito de nível histórico do salário de subsistência se refere, às vezes, a indivíduos e, outras vezes, ao trabalhador “e sua família”. A sensibilidade a essa ambiguidade inspirou uma série de tentativas de reformular e responder a perguntas sobre divisões de trabalho de acordo com o sexo, tanto na família quanto no trabalho assalariado. Enquanto alguns desses esforços enfatizam conceitos de autoridade e patriarcado, outros se concentram em questões envolvendo a determinação de níveis salariais, competição no mercado de trabalho e estrutura do exército industrial de reserva. Seja qual for a abordagem, a identificação do problema em si constitui um significativo passo teórico à frente.

A teoria feminista socialista também enfatiza que as mulheres na sociedade capitalista têm uma relação dupla com o trabalho assalariado, como trabalhadoras remuneradas e como trabalhadoras não remuneradas. Ela geralmente considera a atividade das mulheres como consumidoras e trabalhadoras domésticas não remuneradas como o fator dominante que molda a consciência de cada mulher, independentemente se ela participa ou não do trabalho assalariado. Dessa posição deriva uma importante conclusão estratégica. As feministas socialistas sustentam, contra algumas opiniões da esquerda, que as

mulheres podem se organizar exitosamente, e apontam para a longa história de atividade militante das mulheres no movimento trabalhista, nas comunidades e na revolução social. Elas observam, no entanto, que a mobilização exige uma sensibilidade especial à experiência das mulheres como mulheres, e afirmam muito apropriadamente a legitimidade e a importância de organizações compostas apenas por mulheres. A teoria feminista socialista assume a tarefa política de desenvolver uma estrutura para orientar tais esforços de organização.

Finalmente, a teoria feminista socialista vincula sua perspectiva teórica a uma passagem do Prefácio de Engels em *Origin [Origem]*¹⁸:

De acordo com a concepção materialista, o momento determinante da história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Todavia, ela própria possui duas facetas: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, vestuário, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a reprodução do gênero. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por esses dois modos de produção: pelo estágio de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro.

A citação dessas frases, repetida artigo após artigo, cumpre uma série de propósitos. Afirmar o compromisso feminista socialista com a tradição marxista. Sugere que Marx e Engels tinham mais a dizer sobre a questão das mulheres do que o movimento socialista posterior foi capaz de ouvir. Parece situar o problema da opressão às mulheres no contexto de uma teoria da reprodução social geral. Enfatiza a essência material dos processos sociais pelos quais as mulheres têm grande responsabilidade. E isso implica que a produção de seres humanos constitui um processo que não tem apenas um caráter autônomo, mas um peso teórico igual ao da produção dos meios de existência. Em suma, as observações de Engels parecem oferecer legitimidade ao foco feminista socialista na família, nas divisões sexuais do trabalho e no trabalho doméstico não remunerado, por seu comprometimento estratégico com a organização autônoma das mulheres e por seu dualismo teórico. No entanto, a passagem reflete o ponto teórico mais frágil de Engels¹⁹. Percepções feministas socialistas sobre o papel das mulheres na reprodução social precisam de uma base mais sólida.

Apesar dos pontos fortes, da riqueza e das contribuições reais do trabalho teórico feminista socialista, seu desenvolvimento foi limitado pela lealdade a uma perspectiva estratégica já estabelecida, bem como pela compreensão insuficiente dos adeptos da teoria marxista. Alicerçados em um comprometimento prático com a libertação e com o desenvolvimento do movimento das mulheres, as participantes do movimento feminista socialista só recentemente começaram a explorar sua relação com tendências e controvérsias dentro da esquerda. No nível teórico, a exploração tomou a forma de uma nova onda de publicações buscando delinear a substância do feminismo socialista de forma mais nítida. Muitos começaram, além disso, a situar a opressão às mulheres dentro, e não ao lado, de uma teoria marxista de reprodução social²⁰. Em outras palavras, a separação experimental entre marxismo e feminismo está gradualmente chegando ao fim — não para se desdobrar em um casamento, feliz ou infeliz, nem em um divórcio, mas na superação das contradições que se alastraram entre eles por mais de um século.

¹ Original: VOGEL, Lise. Marxism and Feminism: unhappy marriage, trial separation or something else?. In: SARGENT, Lydia. **Women & Revolution: a discussion of the unhappy marriage of Marxism and Feminism**. Montréal: Black Rose Books, 1981, p. 195-217.

² Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas. Docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis, membra do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social e do Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6183475552707235> . Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8284-6605> . Email: livia.c.moraes@ufes.br

³ Mestra em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Membra do Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis e do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9970682308786904>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2329-4641>. E-mail: lacerdaandradegabriel@gmail.com

⁴ Rosalind Petchesky, “Dissolving the Hyphen: Report on Marxist-Feminist Groups 1-5”, in Zillah Eisenstein, ed., *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism* (New York: Monthly Review, 1979). Joan Kelly, “The Doubled Vision of Feminist Theory”, *Feminist Studies*, 5, n. 1 (primavera de 1979), p. 216-227. Norma Chinchilla argumenta que marxismo e feminismo não são comparáveis, em “Ideologies of Feminism: Liberal, Radical, Marxist”, *Social Sciences Research Reports*, n. 61 (fevereiro de 1980), School of Social Sciences, University of California, Irvine.

⁵ Juliet Mitchell, “Women: The Longest Revolution”, *New Left Review*, n. 40 (novembro-dezembro 1966), p. 11-37 [Mitchell, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. *Revista Gênero*, Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232. Tradução: Rodolfo Konder]; *Woman's Estate* (Baltimore: Penguin, 1971).

⁶ Murdock argumentou que a família nuclear universal incorpora as “quatro funções fundamentais para a vida social humana – a sexual, a econômica, a reprodutiva e a educacional [ou seja, a que diz respeito à socialização]”. George P. Murdock, *Social Structure* (Nova York: Macmillan, 1949), p. 10. Para críticas a Mitchell, de forma similar, ver também Chris Middleton, “Sexual Inequality and Stratification Theory”, em Frank Parkin, ed., *The Social Analysis of Class Structure*, (Londres: Tavistock, 1974), p. 179-203, e Joan Landes, “Women, Labor and Family Life: A Theoretical Perspective”, *Science and Society*, 41, n. 4 (inverno de 1977-78), p. 386-409. Sobre a família na teoria funcionalista, ver: D.H.J. Morgan, *Social Theory and the Family* (Londres: Routledge, 1975); Veronica Beechey, “Women and Production: A Critical Analysis of Some Sociological Theories of Women's Work”, em Annette Kuhn e Annemarie Wolpe, eds., *Feminism and Materialism* (Boston: Routledge, 1978), p. 155-197; bem como Lise Vogel, “The Contested Domain: A Note on the Family in the Transition to Capitalism”, *Marxist Perspectives*, 1, n. 1 (Primavera de 1978), p. 50-73, e “Women, Work and Family: Some Theoretical Issues”, artigo apresentado nas reuniões de 1980 da Society for the Study of Social Problems, Nova York, Nova York. Louis Althusser esboça o contexto mais amplo para essa crítica em seus *Essays in Self-Criticism* (Londres: NLB, 1976).

⁷ O artigo de Margaret Benston circulou sob o título “O que define as mulheres?” e apareceu como “The Political Economy of Women's Liberation” na *Monthly Review*, 21, n. 4 (setembro de 1969), p. 13-27. O ensaio original de Peggy Morton, “A Woman's Work is Never Done, or: The Production, Maintenance and Reproduction of Labor Power”, foi abreviado na *Leviathan*, em maio de 1970, e revisado para publicação em Edith Altbach, ed., *From Feminism to Liberation* (Cambridge, Mass: Schenkman, 1971), p. 211-227.

⁸ Para as primeiras críticas a Benston, ver Morton, “A Woman's Work”; e Mickey e John Rowntree, “Notes on the Political Economy of Women's Liberation”, *Monthly Review*, 21, n. 7 (dezembro de 1969), p. 26-32; Roberta Salper, “The Development of the American Women's Liberation Movement, 1967-1971”, em Salper, ed., *Female Liberation*, p. 169-184; Lise Vogel, “The Earthly Family”, *Radical America*, 7, n. 4-5 (outono de 1973), p. 9-50.

⁹ O artigo de Mariarosa Dalla Costa, “Women and the Subversion of the Community”, foi publicado pela primeira vez em italiano em 1972, e apareceu simultaneamente em inglês em *Radical America*, 6, n. 1 (janeiro-fevereiro de 1972), p. 67-102. Uma tradução corrigida pode ser encontrada em *The Power of Women and the Subversion of the Community* (Bristol: Falling Wall Press, 1973), p. 19-54.

¹⁰ Para uma análise detalhada da campanha por Salários para o Trabalho Doméstico, ver Ellen Malos, “Housework and the Politics of Women's Liberation”, *Socialist Review*, n. 37, (janeiro-fevereiro de 1978), p. 41-71.

¹¹ Para críticas recentes úteis ao debate sobre trabalho doméstico, ver: Maxine Molyneux, “Beyond the Domestic Labour Debate”, *New Left Review*, n. 116, (julho-agosto de 1979), p. 3-27; Maureen Mackintosh, “Domestic Labour and the Household”, em Sandra Burman, ed. *Fit Work for Women* (Londres: Croom Helm, 1979), p. 153-172; Paul Smith, “Domestic Labour and Marx's Theory of Value”, em *Feminism and Materialism*, ed. Kuhn e Wolpe, p. 198-219; e Terry Fee, “Domestic Labor: An Analysis of Housework and Its Relation to the Production Process”, *Review of Radical Political Economics*, 8, n. 1 (primavera de 1976), p. 1-8. As primeiras notas sensatas foram dadas por Ira Gerstein, “Domestic Work and Capitalism”, *Radical America*, 7, n. 4-5 (outono de 1973), p. 101-128, e por Jean

Gardiner, Susan Himmelweit e Maureen Mackintosh, "Women's Domestic Labour", *Bulletin of the Conference of Socialist Economists*, n. 11, (outono de 1975). Infelizmente, poucos se dispuseram a ouvi-las à época.

¹² Mitchell, *Woman's Estate*, p. 99

¹³ Shulamith Firestone, *The Dialectic of Sex* (New York: Morrow, 1970), p. 4, 11 [Shulamith Firestone. *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminista*. Rio de Janeiro: Labor, 1976]; Kate Millett, *Sexual Politics* (New York: Doubleday, 1970), p. 169 [Kate Millet, *Política Sexual*. Lisboa: Dom Quixote, 1974].

¹⁴ Citação: Zillah Eisenstein, ed., *Capitalist Patriarchy*, p. 6. Para a crítica de Mitchell ao feminismo radical, veja *Woman's Estate*, p. 82-96; também, Charnie Guettel, *Marxism and Feminism* (Toronto: The Women's Press, 1974), e mais recentemente, Roisin McDonough e Rachel Harrison, "Patriarchy and Relations of Production", em *Feminism and Materialism*, ed. Kuhn e Wolpe, p. 11-41.

¹⁵ Sheila Rowbotham, *Woman's Consciousness, Man's World* (Baltimore: Penguin, 1973), p. 117. Outras discussões feministas socialistas influentes sobre o patriarcado incluem Hartmann e Bridges, "Unhappy Marriage"; Gayle Rubin, "The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex", em Rayna R. Reiter, ed., *Toward an Anthropology of Women* (Nova York: Monthly Review, 1975), p. 157-210; e Joan Kelly-Gadol, "The Social Relation of the Sexes: Methodological Implications of Women's History", *Signs*, 1, n. 4 (Verão de 1976), p. 809-823. Mais recentemente, ver: McDonough e Harrison, "Patriarchy"; Hartmann, "Unhappy Marriage"; e especialmente Veronica Beechey, "On Patriarchy", *Feminist Review*, n. 3 (1979), p. 66-82.

¹⁶ Renate Bridenthal, "The Dialectics of Production and Reproduction in History", *Radical America*, 10, n. 2 (março-abril de 1976), 5. Para outras conceituações explícitas do modo de reprodução, ver: John Harrison, "The Political Economy of Housework", *Bulletin of the Conference of Socialist Economists*, n. 7 (inverno de 1973); Isabel Larguia, "The Economic Basis of the Status of Women", em *Women Cross-Culturally: Change and Challenge*, ed. Ruby Rohrlich-Leavitt (The Hague: Mouton, 1975), p. 281-295; Bridget O'Laughlin, "Marxist Approaches in Anthropology", *Annual Review of Anthropology*, 4 (1975), p. 365-366; Jean Gardiner, "The Political Economy of Domestic Labour in Capitalist Society", em *Dependence and Exploitation in Work and Marriage*, ed. Diana Leonard Barker e Sheila Allen (Nova York: Longman, 1976), p. 109-120. No contexto do estudo do imperialismo, uma noção do modo de reprodução está implícita em: Mina Davis Caulfield, "Imperialism, the Family, and Cultures of Resistance", *Socialist Revolution*, n. 20 (outubro de 1974), p. 67-85; Carmen Diana Deere, "Rural Women's Subsistence Production in the Capitalist Periphery", *Review of Radical Political Economics*, 8, n. 1 (primavera de 1976), p. 9-17; Heleieth Saffioti, "Women, Mode of Production, and Social Formations", *Latin American Perspectives*, 4, n. 1-2 (inverno-primavera de 1977), p. 27-37. O antropólogo Claude Meillassoux apresentou o conceito de comunidade doméstica, notavelmente em *Femmes, greniers et capitaux* (Paris: Maspéro, 1975). Resenhas importantes de Meillassoux, que discutem o conceito de reprodução, incluem: Maureen Mackintosh, "Reproduction and Patriarchy", *Capital and Class*, n. 2 (verão de 1977), p. 119-127; Bridget O'Laughlin, "Production and Reproduction", *Critique of Anthropology*, n. 8 (primavera de 1977), p. 3-32; e Rayna Rapp, "Review of Claude Meillassoux...", *Dialectical Anthropology*, 2, n. 4 (novembro de 1977), p. 317-323.

¹⁷ O recente renascimento do interesse na "produção simples de mercadorias" e na "economia natural" desencadeou uma revigorante discussão. Alguns exemplos: Barbara Bradby, "The Destruction of Natural Economy", *Economy and Society*, 4, n. 2 (maio de 1975), p. 127-161; Scott Cook, "Value, Price and Simple Commodity Production", *Journal of Peasant Studies*, 3, n. 4 (julho, 1976), p. 395-427; Judith Ennew, et al. "'Peasantry' as an Economic Category", *ibid.*, 4, n. 4 (julho, 1977), p. 295-322; Mark Harrison, "The Peasant Mode of Production in the Work of A. V. Chayanov", *ibid.*, 4, n. 4 (julho, 1977), p. 323-336, e "Chayanov and the Marxists", *ibid.*, 7, n. 1 (outubro de 1979), p. 86-100; Harriet Friedmann, "Simple Commodity Production and Wage Labour in the American Plains", *ibid.*, 6, n. 1 (outubro de 1978), p. 71-100; Kevin Kelly, "The Independent Mode of Production", *Review of Radical Political Economics*, 11, n. 1 (Primavera de 1979), p. 38-48. Para o debate soviético, ver Susan Solomon, *The Soviet Agrarian Debate: A Controversy in Social Science, 1923-1929* (Boulder: University of Colorado, 1977).

¹⁸ Frederick Engels, *The Origin of the Family, Private Property and the State* (New York: International, 1972), pp. 71-72 [Friedrich Engels. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 18].

¹⁹ Beverly Brown, "Natural and Social Division of Labour: Engels and the Domestic Labour Debate", *m/f*, n. 1 (1978), p. 25-47. Lise Vogel, *Beyond Domestic Labor: Women's Oppression and the Reproduction of Labor Power* (no prelo), capítulo 5.

²⁰ Ver, por exemplo, o especial "Women's Issue" da *Critique of Anthropology*, n. 9-10 (1977), ou a coleção *Capitalist Patriarchy*, editada por Eisenstein. Artigos recentes importantes incluem: Veronica Beechey, "Some Notes on Female Wage Labour in Capitalist Production", *Capital and Class*, n. 3 (outono de 1977), p. 45-66, e "On Patriarchy"; Janet Bujra, "Female Solidarity and the Sexual Division of Labour", em *Women United, Women Divided*, ed. Patricia Caplan e Janet Bujra (Londres: Tavistock, 1978), p. 13-45; Norma Chinchilla, "Ideologies of Feminism: Liberal, Radical, Marxist"; Felicity Edholm, Olivia Harris e Kate Young, "Conceptualizando Women", *Critique of Anthropology*, n. 9-10 (1977), p. 101-130; Jane Humphries, "Class Struggle and the Persistence of the Working-Class Family", *Cambridge Journal of Economics*, 1 (1977), p. 241-258; Joan Kelly, "The Doubled Vision of Feminist Theory"; Maureen

Mackintosh, “Domestic Labour and the Household”; Mary McIntosh, “The Welfare State and the Needs of the Dependent Family”, em *Fit Work for Women*, p. 153-172; Molyneux, “Beyond the Domestic Labour Debate”; O’Laughlin, “Production and Reproduction”; Paddy Quick, “The Class Nature of Women’s Oppression”; *Review of Radical Political Economics*, 9, n. 3 (outono de 1977), p. 42-53.

Recebido em:

Aprovado em: